

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
Campo Grande/MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 13 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	1.354.948	1.020.581	CIRCULANTE	676.505	473.572
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	29.252	13.119	DEPÓSITOS (NOTA 12)	245.719	190.332
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.594	-	Depósitos à Vista	222.156	177.633
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.594	-	Depósitos a Prazo	23.563	12.699
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	292.620	-	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	332.488	212.884
Carteira Própria	292.620	-	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1	17
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	263.397	497.538	Repasse Interfinanceiros (NOTA 13)	332.487	212.867
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	10	15	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.948	1.330
Correspondentes no país	48	-	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.948	1.330
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	263.339	497.523	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	9	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	682.470	451.245	Empréstimos País - Outras Instituições	9	-
Operações de Crédito	717.608	476.254	OUTRAS OBRIGAÇÕES	96.341	69.026
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(35.138)	(25.009)	Cobrança e Arrecadação de Tributos Sociais e Estatutárias	325	289
OUTROS CRÉDITOS	69.350	45.874	Fiscais e Previdenciárias	1.129	10.458
Créditos por Avalis e Fianças Honorários	82	997	Diversas (NOTA 15)	79.960	56.741
Rendas a Receber	1.773	1.665			
Diversos (NOTA 08)	68.778	45.044			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(1.283)	(1.832)			
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	15.265	12.805			
Outros Valores e Bens	15.734	13.666			
(Provisão para desvalorização)	(672)	(956)			
Despesas Antecipadas	203	95			
NÃO CIRCULANTE	353.253	230.315	NÃO CIRCULANTE	798.906	594.146
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	301.699	189.899	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	798.906	594.146
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	26.211	4.091	DEPÓSITOS (NOTA 12)	712.151	549.479
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	26.211	4.091	Depósitos a Prazo	712.151	549.479
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	275.071	185.784	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 13)	71.933	44.667
Operações de Crédito	291.286	200.761	Repasse Interfinanceiros	71.933	44.667
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(16.215)	(14.977)	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 14)	14.822	-
OUTROS CRÉDITOS	417	23	Empréstimos País - Outras Instituições	14.822	-
Diversos (NOTA 08)	419	23			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(2)	-			
INVESTIMENTOS (NOTA 10)	15.627	12.977	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	232.790	183.178
Outros Investimentos	15.627	12.977	CAPITAL SOCIAL (NOTA 17)	127.527	103.046
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 11)	30.924	22.044	De Domiciliados no País	211.693	165.946
Imóveis de Uso	736	596	(Capital a Realizar)	(84.166)	(62.900)
Outras Imobilizações de Uso	41.903	30.091	RESERVAS DE SOBRAS	95.310	72.656
(Depreciação acumulada)	(11.715)	(8.643)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	9.953	7.476
INTANGÍVEL (NOTA 11)	5.003	5.396			
Outros Ativos Intangíveis	9.998	9.179			
(Amortização acumulada)	(4.995)	(3.783)			
TOTAL DO ATIVO	1.708.201	1.250.896	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.708.201	1.250.896

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	101.796	-	101.796	182.282	9	182.291	138.457	-	138.457
Operações de Crédito	99.951	-	99.951	180.303	9	180.312	138.221	-	138.221
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.844	-	1.844	1.978	-	1.978	236	-	236
Resultado das Aplicações Compulsórias	1	-	1	1	-	1	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(53.052)	(259)	(53.311)	(91.127)	(339)	(91.466)	(73.581)	(84)	(73.665)
Operações de Captação no Mercado	(19.094)	(258)	(19.352)	(37.065)	(338)	(37.403)	(30.772)	(84)	(30.856)
Operações de Empréstimos e Repasses	(14.100)	(1)	(14.101)	(22.975)	(1)	(22.976)	(19.257)	-	(19.257)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.858)	-	(19.858)	(31.087)	-	(31.087)	(23.552)	-	(23.552)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	48.744	(259)	48.485	91.155	(330)	90.825	64.876	(84)	64.792
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(29.326)	5.706	(23.620)	(50.235)	9.779	(40.456)	(32.061)	6.745	(25.316)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	7.860	12.754	20.614	15.218	23.687	38.905	12.095	17.536	29.631
Rendas de Tarifas Bancárias	10.571	-	10.571	19.471	-	19.471	15.797	-	15.797
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(24.828)	(2.473)	(27.301)	(45.048)	(4.827)	(49.875)	(34.069)	(3.115)	(37.184)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(23.389)	(3.218)	(26.607)	(44.641)	(5.992)	(50.633)	(36.764)	(4.754)	(41.518)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(157)	(636)	(793)	(256)	(1.183)	(1.439)	(90)	(869)	(959)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	18.409	1.115	19.524	36.272	1.407	37.679	37.162	652	37.814
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(17.792)	(1.836)	(19.628)	(31.251)	(3.313)	(34.564)	(26.192)	(2.705)	(28.897)
RESULTADO OPERACIONAL	19.418	5.447	24.865	40.920	9.449	50.369	32.815	6.661	39.476
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(180)	-	(180)	(254)	48	(206)	(655)	50	(605)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	19.238	5.447	24.685	40.666	9.497	50.163	32.160	6.711	38.871
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	389	389	-	(777)	(777)	-	167	167
Provisão para Imposto de Renda	-	251	251	-	(473)	(473)	-	110	110
Provisão para Contribuição Social	-	138	138	-	(304)	(304)	-	57	57
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(4.459)	-	(4.459)	(6.657)	-	(6.657)	(5.263)	-	(5.263)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	14.779	5.836	20.615	34.009	8.720	42.729	26.897	6.878	33.775
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	8.720	(8.720)	-	6.878	(6.878)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	14.779	5.836	20.615	42.729	-	42.729	33.775	-	33.775
DESTINAÇÕES	-	-	-	(32.776)	-	(32.776)	(26.299)	-	(26.299)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(6.804)	-	(6.804)	(5.842)	-	(5.842)
Fates - Estatutário	-	-	-	(3.318)	-	(3.318)	(2.492)	-	(2.492)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(19.907)	-	(19.907)	(14.952)	-	(14.952)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.747)	-	(2.747)	(3.013)	-	(3.013)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	9.953	-	9.953	7.476	-	7.476

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia -
Sicredi União MS/TO

CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	84.569	54.691	5.218	144.478
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	2.579	-	(5.136)	(2.557)
Outras destinações	-	-	(82)	(82)
Capital de associados				
Aumento de capital	17.950	-	-	17.950
Baixas de capital	(7.726)	-	-	(7.726)
Resultado do período	-	-	33.775	33.775
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(2.492)	(2.492)
Reserva Legal - Estatutária	-	14.952	(14.952)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.674	-	(5.842)	(168)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.013	(3.013)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	103.046	72.656	7.476	183.178
Mutações do Período	18.477	17.965	2.258	38.700
Saldos no início do período em 01/01/2019	103.046	72.656	7.476	183.178
Destinação resultado exercício anterior				
Distribuição de sobras para associados	3.700	-	(7.381)	(3.681)
Outras destinações	-	-	(95)	(95)
Capital de associados				
Aumento de capital	22.845	-	-	22.845
Baixas de capital	(8.633)	-	-	(8.633)
Resultado do período	-	-	42.729	42.729
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.318)	(3.318)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.907	(19.907)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.569	-	(6.804)	(235)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.747	(2.747)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	127.527	95.310	9.953	232.790
Mutações do Período	24.481	22.654	2.477	49.612
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	113.164	72.656	22.114	207.934
Capital de associados				
Aumento de capital	11.834	-	-	11.834
Baixas de capital	(4.040)	-	-	(4.040)
Resultado do período	-	-	20.615	20.615
Destinações				
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(3.318)	(3.318)
Reserva Legal - Estatutária	-	19.907	(19.907)	-
Juros sobre o Capital Próprio	6.569	-	(6.804)	(235)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.747	(2.747)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	127.527	95.310	9.953	232.790
Mutações do Período	14.363	22.654	(12.161)	24.856

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
CNPJ/MF nº 24.654.881/0001-22

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	28.171	54.442	47.436
Resultado do semestre/exercício	20.615	42.729	33.775
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	7.556	11.713	13.661
Provisão para operações de crédito	8.437	11.367	9.564
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(110)	(284)	372
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	391	(547)	1.328
Depreciação do imobilizado de uso	1.562	3.093	3.069
Amortização do intangível	634	1.212	1.013
Baixas do ativo permanente	4	6	169
Provisão para passivos contingentes	7	141	624
Destinações ao FATES	(3.318)	(3.318)	(2.492)
Dividendos SicrediPar	(51)	43	14
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(308.094)	(267.246)	66.305
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(23.624)	(24.714)	6.767
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(292.620)	(292.620)	-
Redução em relações interfinanceiras ativas	7.931	5	34
Redução em créditos vinculados	32	-	-
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(33)	(48)	3
(Aumento) em operações de crédito	(240.559)	(331.880)	(218.380)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	105.914	146.870	105.553
(Aumento) em outros créditos	(22.904)	(38.745)	(18.850)
(Aumento) em outros valores e bens	(1.149)	(2.176)	(6.861)
Aumento em depósitos	97.443	218.058	171.538
Aumento (Redução) em relações interdependências passivas	16.232	15.995	(219)
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	14.832	14.832	-
Absorção de dispêndios pelo FATES	(629)	(1.487)	(1.922)
Aumento em outras obrigações	31.040	28.664	28.642
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(279.923)	(212.804)	113.741
Aquisição de Investimentos	(2.650)	(2.650)	(893)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(6.797)	(11.979)	(7.709)
Aplicações no Intangível	(282)	(819)	(2.586)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(9.729)	(15.448)	(11.188)
Integralização de capital	11.834	22.845	17.950
Baixa de capital	(4.040)	(8.633)	(7.726)
Juros ao capital próprio	(235)	(235)	(168)
Distribuição de Sobras	-	(3.776)	(2.639)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	7.559	10.201	7.417
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(282.093)	(218.051)	109.970
Caixa e equivalente de caixa no início do período	574.684	510.642	400.672
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	292.591	292.591	510.642

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 26/08/1988 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de Fevereiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	29.252	13.119
Caixa	29.252	13.119
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	263.339	497.523
Total	292.591	510.642

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.594	-
DI entre Banco e Cooperativas	2.594	-
Total circulante	2.594	-

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	26.211	4.091
DI entre Banco e Cooperativas	26.211	3.436
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	655
Total não circulante	26.211	4.091

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2019	2018
Cotas de Fundos de Renda Fixa	8.649	-
Cotas de Fundos Multimercado	283.971	-
Total circulante (i)	292.620	-

(i) Refere-se a aplicações em operações com Fundos de Investimentos, a qual a cooperativa passou a investir diretamente no ano de 2019. Anteriormente essas operações eram realizadas pela Central, através da Centralização Financeira.

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	427.413	188.252	615.665	439.119
Financiamentos	21.544	33.583	55.127	21.762
Financiamentos rurais e agroindustriais	268.651	69.451	338.102	216.134
Carteira total	717.608	291.286	1.008.894	677.015

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	82	-	82	997
Devedores por compra de valores e bens	228	238	466	98
Títulos e créditos a receber (i)	57.292	13	57.305	36.373
Total	57.602	251	57.853	37.468

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	306	92	-	-
Nível A	0,50	452.334	300.630	2.262	1.503
Nível B	1,00	379.407	242.260	3.792	2.423
Nível C	3,00	137.419	96.974	4.123	2.909
Nível D	10,00	42.849	33.486	4.285	3.349
Nível E	30,00	18.454	8.011	5.536	2.403
Nível F	50,00	3.397	5.278	1.699	2.639
Nível G	70,00	5.467	3.866	3.827	2.706
Nível H	100,00	27.114	23.886	27.114	23.886
Total		1.066.747	714.483	52.638	41.818

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	2019			Total da Carteira	2018
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	12.168	76.390	199.091	134.036	421.685	314.398
Rural	225	16.793	251.633	69.451	338.102	216.134
Industrial	40	790	1.218	981	3.029	2.172
Comércio	2.239	31.735	40.628	30.341	104.943	80.424
Outros Serviços	5.288	55.427	81.545	56.728	198.988	101.355
Total	19.960	181.135	574.115	291.537	1.066.747	714.483

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	67.624	6,34	54.198	7,59
50 devedores seguintes	180.499	16,92	127.097	17,79
100 devedores seguintes	164.280	15,40	119.557	16,73
Demais	654.344	61,34	413.631	57,89
Total	1.066.747	100	714.483	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	41.818	30.926
Constituição de provisão	31.087	23.552
Movimentação de baixados para prejuízo	(20.267)	(12.660)
Saldo final	52.638	41.818

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 9.382 (2018 - R\$ 7.430), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 38.610 (2018 - R\$ 37.593).

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	333	358
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	5.551	3.518
Devedores por compra de valores e bens	228	77
Devedores por depósitos em garantia	532	184
Impostos e contribuições a compensar	529	871
Títulos e créditos a receber (ii)	57.292	36.371
Devedores por convênios	4	2
Operações com cartões	659	966
Pendências a regularizar	1.852	1.935
Outros	1.798	762
Total Circulante	68.778	45.044

Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	168	-
Devedores por compra de valores e bens	238	21
Títulos e créditos a receber (ii)	13	2
Total não circulante	419	23

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	15.716	13.646
Imóveis	14.432	12.819
Veículos e afins	1.244	237
Máquinas e equipamentos	40	320
Bens em regime especial	-	270
Material em estoque	18	20
Despesas antecipadas	203	95
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(672)	(956)
Total Circulante	15.265	12.805

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 673 (2018 - R\$ 956) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 10 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	7.737	7.047
Sicredi Participações S.A.	7.886	5.925
Outras Participações e Investimentos	4	5
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Outras Ações e Cotas		1
Total	15.627	12.977

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	3.198.950 ON	1.921.479 ON	4	4	7.736.566	7.047.480
	6.648.533 PN	4.003.515 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,94%	0,67%	2,48%	2,48%	15,66%	15,89%
Capital social	969.491	880.597	164	164	49.391	44.357
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	52.149	46.954
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	92	163
Valor do investimento	7.886	5.925	4	4	7.737	7.047

NOTA 11 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	42.639	(11.715)	30.924	22.044
Imobilizações em curso	-	15.113	-	15.113	6.620
Terrenos	-	146	-	146	6
Edificações	4%	590	(173)	417	441
Instalações	10%	15.495	(6.418)	9.077	9.722
Móveis e equipamentos de uso	10%	5.293	(2.156)	3.137	2.707
Sistema de comunicação	10%	323	(110)	213	193
Sistema de processamento de dados	20%	4.632	(2.395)	2.237	1.919
Sistema de segurança	10%	400	(145)	255	158
Sistema de transporte	20%	647	(318)	329	278
Intangível (i)		9.998	(4.995)	5.003	5.396
Investimentos Confederação		9.935	(4.985)	4.950	5.338
Outros ativos intangíveis		63	(10)	53	58
Total		52.637	(16.710)	35.927	27.440

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 12 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019			2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Depósitos à vista	222.156	-	-	222.156
Depósitos a prazo	6.653	16.910	712.151	735.714
Total	228.809	16.910	712.151	957.870

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	256.159	171.005
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	256.159	171.005
Outros Recursos	76.328	41.862
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	76.328	41.862
Total circulante	332.487	212.867
Recursos do Crédito Rural	71.933	44.667
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	71.933	44.667
Total não circulante	71.933	44.667

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 8,5% a.a. com vencimentos até 15/12/2025, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	9	-
Outras instituições	9	-
Total circulante	9	-
Empréstimos no País - outras instituições	14.822	-
Outras instituições	14.822	-
Total não circulante	14.822	-

NOTA 15 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	6.350	6.728
Obrigações por convênios oficiais	4	6
Provisão para pagamentos a efetuar	5.902	4.709
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 16)	999	859
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	896	1.084
Pendências a regularizar	1.264	120
Operações com cartões	55.509	36.701
Demais fornecedores	4.075	3.220
Credores diversos	4.961	3.314
Total circulante	79.960	56.741

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 16 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	592	280	(124)	748
Cível	266	48	(63)	251
Total	858	328	(187)	999

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	747	592
Cível	Provável	251	267
Total		998	859

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 282; R\$ 893; R\$ 325 (2018 - R\$ 584, R\$ 720, R\$0,00), respectivamente.

NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	127.527	103.046
Total de associados	56.254	48.338

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 24.481 (2018 – R\$18.477), sendo R\$ 10.269 (2018 – R\$ 8.253) via integralização de resultados e R\$ 22.845 (2018 – R\$ 17.950), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 8.633 (2018 – R\$ 7.726).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,17% em Conta Capital, no montante de R\$ 6.804, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal de acordo com a definição do Conselho de Administração.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva de Expansão de acordo com a definição do Conselho de Administração.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal e Reserva de Expansão de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 18 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	43.506	33.608
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(17.402)	(14.115)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	28	6
Provisão resgate de milhas cartão	(18)	(188)
Brindes e Doações	(84)	(44)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(26)	70
Receita com atos cooperativos	13.603	11.297
Juros sobre capital próprio	2.722	2.454
Prejuízo fiscal	355	142
Lucros e dividendos	20	52
Outros	24	23
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	469
Subtotal	16.625	14.282
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(777)	167

NOTA 19 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	28.805	4.091
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 06)	292.620	-
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	263.339	497.523
Outros Créditos - Rendas a receber	1.512	1.381
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	985	595
Investimentos (Nota 09)	15.627	12.976
Intangível (Nota 10)	4.950	5.338
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	404.420	257.534
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	14.831	-
Outras Obrigações - Diversas (Nota 15)	54.970	34.686
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.978	236
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	8.084	5.566
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 20)	29.972	29.755
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	22.976	19.257
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 19)	3.501	3.340
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	15.242	12.497

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	173	0,08%	117
Depósitos a prazo	3.349	0,46%	2.898
Operações de crédito	992	0,10%	560

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	3.320	2.998

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	1.388	1.071
Despesa de aluguéis	4.618	3.736
Despesa de comunicação	2.432	1.925
Despesa de manutenção e conservação	3.160	2.208
Despesa de material	1.049	616
Despesa processamento dados	1.295	965
Despesa de promoções e relações públicas	6.654	4.808
Despesa de propaganda e publicidade	1.382	652
Despesa de seguro	1.076	1.225
Despesa de serviços do sistema financeiro	5.098	4.610
Despesa de serviços de terceiros	1.470	1.322
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.915	1.695
Despesa de serviços de técnicos especializados	3.871	1.893
Despesa de serviços de transportes	2.769	2.268
Despesa de viagem	1.349	1.354
Despesa de depreciação e amortização	3.098	3.073
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	1.207	1.009
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.487	1.818
Outras despesas administrativas	5.315	5.270
Total	50.633	41.518

NOTA 21 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	2.668	2.258
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	29.922	29.631
Reversão de provisões operacionais	3.087	2.883
Outras rendas operacionais	2.002	3.042
Total	37.679	37.814

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 22 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	7.523	6.019
Contribuições Cooperativistas	138	131
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	1.985	1.328
Contribuição Confederação Sicredi	10.886	8.608
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	2.185	1.872
Encargos da administração financeira	165	198
Repasso administradora de Cartões	500	446
Outras despesas de Cartões	3.549	2.478
Outras provisões operacionais	2.719	3.483
Outras despesas operacionais	4.914	4.334
Total	34.564	28.897

NOTA 23 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	83.031	59.874
Total	83.031	59.874

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 24 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 25 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	227.787	177.782
Nível I (NI)	227.787	177.782
Capital principal - CP	227.787	177.782
Capital social	127.527	103.046
Reservas de capital	95.310	72.656
Lucros acumulados	9.953	7.476
Ajustes Prudenciais	(5.002)	(5.396)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.242.869	916.008
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	4.569	6.300
Margem de Capital (i)	92.717	75.302
Índice de Basileia (PR / RWA)	18,33%	19,41%
Situação de Imobilização (Imob)	30.929	22.049
Índice de Imobilização (Imob / PR)	13,58%	12,40%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 26 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Luis Guilherme Salles Trindade
Diretor Executivo
CPF: 791.058.079-72

Lucélia Ganzer
Diretora de Operações
CPF: 858.267.071-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20